

**À COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE -
CICGSS/GAB/SES/GO.**

Edital de Chamamento Público Nº 03/2023 SES/GO

Processo 202300010023378.

INSTITUTO CEM, associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde no Estado de Goiás conforme Decreto nº 9.184 de 12 de março de 2018, inscrito no CNPJ sob o nº 12.053.184/0001-37, entidade participante do Chamamento Público nº 03/2023 - Processo: 202300010023378, por meio do seu **Diretor Presidente, JEZIEL BARBOSA FERREIRA**, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar sua:

IMPUGNAÇÃO

à Matriz de Avaliação para Julgamento e Classificação das Propostas Técnicas formulada pela Comissão Interna de Contratos de Gestão, requerendo, desde já, o recebimento do presente recurso para que promova com a revisão da Proposta de Trabalho, com o propósito de corrigir e majorar a nota atribuída ao **INSTITUTO CEM**, conforme razões que seguem:

I. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme **DESPACHO Nº 185/2023/SES/CICGSS-06505** que trata sobre o Chamamento Público a ser realizado pela Secretaria de Estado da Saúde — SES visando a seleção de instituição sem fins lucrativos para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em regime de 24 horas/dia, no Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia - Caio Louzada (HEAPA), atendendo a decisão Mandado de Segurança nº 5779812-

77.2023.8.09.0051, em trâmite na 7ª Vara da Fazenda Pública Estadual, retomando a contagem do prazo recursal, com fim em **07/12/2023**.

Portanto, o presente Recurso é tempestivo, razão pela qual deve ser devidamente recebido e julgado por esta Comissão.

II. DAS RAZÕES RECURSAIS:

Trata-se de recurso interposto em face do Resultado Preliminar de avaliação das propostas técnicas apresentadas no Chamamento Público 03/2023.

O Recorrente-INSTITUTO CEM, em detida análise a relação documental indicada no Edital, preparou o envelope nos moldes determinados, entregando-o em tempo hábil contendo toda a documentação exigida, atendendo à todas as exigências previstas no referido Chamamento Público.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

Conforme item 10.1. do Edital, a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a **mesma contiver a integralidade do quesito solicitado**.

Entretanto, não foi dessa forma que a Comissão atribuiu as notas ao Recorrente-INSTITUTO CEM, uma vez que não foram respeitados os parâmetros descritos no edital como critério de avaliação, visto que a Comissão, na atribuição das notas, determina um fato novo, entre outras fontes de referência sem

que estas tenham sido divulgadas no Edital, como a nota atribuída pelo quantitativo de lixeiras.

Prejudicando a proposta de trabalho do Recorrente, uma vez que, não faz exigência no Edital para que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados.

Ademais, o artigo 3º, da Lei 8.666/93 define os princípios da licitação: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do **julgamento objetivo**.

O julgamento do Chamamento deverá pautar-se em critérios objetivos e concretos, afastando-se os critérios subjetivos de escolha.

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.”

“Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.”

Nesse contexto, o Recorrente-INSTITUTO CEM foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

Vejamos:

• **QUANTO AO ITEM F.A.1 - FLUXO UNIDIRECIONAL RESÍDUOS DE SERVIÇO SAÚDE**

FA.1 – Área de atividades: Avalia a adequação da proposta de organização dos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da Unidade. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
Implantação de fluxos individualizada ao perfil da unidade de saúde (A forma de apresentação será considerada levando-se em conta a clareza e entendimento do fluxo)	Fluxo unidirecional de resíduos de serviço saúde	02 pontos	1,5	120 a 179	1.Segregação; 2. acondicionamentos; 3. classificação; 4. Transporte interno; 5. local de armazenamento; 6. Transporte externo e destinação final; 7. quantificação das lixeiras	Não apresentou quantitativo ou metodologia para definição de quantidades de lixeiras considerando planta e atividades da unidade de saúde pretendida.

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

O item 10.2.1. do Edital, prevê estritamente que deve ser apresentado o Fluxo unidirecional de resíduos de serviço saúde para obtenção de 2 pontos.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, e critério com preferencias subjetivas, como:

*Não apresentou quantitativo ou metodologia para definição de **quantidades de lixeiras** considerando planta e atividades da unidade de saúde pretendida.*

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Tal fato deveria estar presente do Edital, pois para garantir minimamente que na unidade tenha a quantidade ideal de lixeiras para manter o ambiente limpo, organizado e sustentável para todos que circulam a unidade, deverá executar uma série de cálculos, tais como: Identificação de todas as áreas que serão necessárias as li que serão necessárias as lixeiras; Definição do número de pessoas que frequentam essas áreas diariamente; Da proporção do número de lixeiras em áreas onde são gerados mais resíduos; Analise da frequência de coleta dos resíduos.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

• **QUANTO AO ITEM F.A.1 - PROPOSTA DE MANUAL**

FA.1 – Área de atividades: Avalia a adequação da proposta de organização dos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da Unidade. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
Implantação de gestão	Proposta de manual de protocolos assistenciais	02 pontos	1,9	505 a 577	A definição dos protocolos deve ser baseada no perfil de atendimento e o acompanhamento através de ferramentas de medição de adesão/efetividade. Protocolos clínicos gerenciados baseados no conhecimento científico atual e no perfil epidemiológico, risco ou custo dos pacientes atendidos: com objetivo na segurança do paciente Deve ser observado descrição quanto: diagnóstico, objetivos estruturação do protocolo, Indicadores e aprovação. Port.599/2013-MS Observar menção aos protocolos básicos, preconizados pela OMS, e/ou texto descrevendo foco na segurança do paciente	Apresentou descritivo de como e o que será considerado realizando contextualização da importância dos protocolos assistenciais. Apresenta modelo estrutural dos protocolos e sistema de gestão de documentos (padronização, elaboração, revisão, controle, distribuição, aprovação, etc), onde os protocolos estão inseridos. Apresentou modelo de POP para elaboração de Protocolo Assistencial, onde descreve o campo de indicadores de desempenho e cita como Não aplicável. No modelo de Manual descreve campo para indicadores de monitoramento, mas não deixa claro, não realiza fundamentação, de quais são ou como serão utilizados os indicadores para monitoramento/melhoria dos protocolos assistenciais. Não relaciona nenhum dos protocolos assistenciais básicos como referênci.

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

O item 10.2.1. do Edital, prevê estritamente que deve ser apresentado a proposta de manual de protocolos assistenciais, para obtenção de 2 pontos.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas, como:

Apresentou descritivo de como e o que será considerado realizando contextualização da importância dos protocolos assistenciais. Apresenta modelo estrutural dos protocolos e sistema de gestão de documentos (padronização, elaboração, revisão, controle, distribuição, aprovação, etc), onde os protocolos estão inseridos. Apresentou modelo de POP para elaboração de Protocolo Assistencial, onde descreve o campo de indicadores de desempenho e cita como não aplicável. No modelo de Manual descreve campo para indicadores de monitoramento, mas não deixa claro, não realiza fundamentação, de quais são ou como serão utilizados os indicadores para monitoramento/melhoria dos protocolos assistenciais. Não relaciona nenhum dos protocolos assistenciais básicos como referência.

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

• **QUANTO AO ITEM F.A.1 - PROPOSIÇÃO DE PROJETOS**

FA.1 – Área de atividades: Avalia a adequação da proposta de organização dos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da Unidade. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
Incrementos de Atividade	Proposição de Projetos Assistenciais de Saúde e/ou Sociais dentro do custeio previsto para a unidade e/ou sociais	05 pontos	4,5	696 a 828	1. Programa de Necessidades; 2. Estudo Preliminar; 3. Projeto Básico: detalhamento para definição e quantificação dos materiais, equipamentos e serviços relativos ao empreendimento.	Apresentou 10 Projetos Assistenciais de Saúde: 1. PROJETO GERENCIA MÉDICA-SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR; 2. GERIATRIA EM ABULATÓRIO; 3. AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DO IDOSO; 4. NÚCLEO DO GRUPO DE GERIATRIA EM ABULATÓRIO; 3. AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DO IDOSO; 4. NÚCLEO DO GRUPO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES ESPECIAIS; 5. ATENDIMENTO AMBULATORIAL PÓS-COVID; 6. TESTAGEM PARA HIV EM PACIENTES CIRÚRGICOS; 7. QUALIDADE E SEGURANÇA NA ASSISTÊNCIA; 8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO CONFORME MANCHESTER; 9. BANHO DE SOL; 10. PROJETO SESMT. Apresentou 10 Projetos Assistenciais Sociais: 1. PROJETO HUMANIZAÇÃO; 2. PROJETO DATAS FESTIVAS; 3. TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS; 4. ACALENTE O CORAÇÃO; 5. ALEGRIA...ALEGRIA; 6. ANIVERSARIANTE; 7. UNIDADE EM TELA; 8. UNIDADE EM PAZ ESPIRITUAL; 9. AÇÃO DE SAÚDE; 10. DEPRESSÃO TEM CURA. Apresentou cronograma para todos os projetos. Não apresentou indicadores de desempenho para todos os projetos somente. Não foi apresentado levantamento demonstrando as necessidades da unidade de saúde para os projetos apresentados ou se os mesmos são factíveis as rotinas e estrutura da unidade de saúde

						pretendida. Foi observado que os Projetos sociais apresentados para a unidade HEAPA são os mesmos apresentados para o Chamamento 01/2023
--	--	--	--	--	--	--

Os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

O item 10.2.2. do Edital, prevê estritamente que deve ser feita a proposição de Projetos Assistenciais de Saúde e/ou Sociais dentro do custeio previsto para a unidade, para obtenção de 5 pontos.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação pela Subjetividade na atribuição da nota.

- **QUANTO AO ITEM F.A.2 - ACOLHIMENTO**

FA.2 – Área de Qualidade: Avalia medidas da proposta de trabalho para implantação de comissões. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
	Acolhimento					Apresenta uma proposta de Manual desordenada com texto

FA.2.2 Qualidade Subjetiva: Avalia medidas de promoção da relação humana e apoio social na comunidade interna e externa do Hospital: Acolhimento e Atendimento	Manual com indicação das formas de notificação, recepção, orientação social e apoio psicossocial aos usuários e acompanhantes na emergência conforme Classificação de Risco.	02 pontos	0,8	1418/1443	Apresenta metodologia para avaliação de pacientes que procuram o serviço para identificar suas necessidades de saúde. Aqueles com necessidades emergentes, urgentes ou imediatas são priorizados para avaliação e tratamento.	apresentando incoerência de proposições para as orientações psicossociais, não contendo clara as formas de notificação. Menciona um protocolo de atendimento e cadastro de visitantes. Para acompanhante relata protocolo com orientações aos acompanhantes na INTERNAÇÃO e não na emergência, durante a pandemia de covid-19. Visivelmente proposta genérica.
--	--	-----------	-----	-----------	---	--

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

O item 10.2.2. do Edital, prevê estritamente que deve ser apresentado o manual com indicação das formas de notificação, recepção, orientação social e apoio psicossocial aos usuários e acompanhantes na emergência conforme Classificação de Risco, para obtenção de 2 pontos.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

Apresenta uma proposta de Manual desordenada com texto apresentando incoerência de proposições para as orientações psicossociais, não contendo clara as formas de notificação. Menciona um protocolo de atendimento e

cadastro de visitantes. Para acompanhante relata protocolo com orientações aos acompanhantes na INTERNAÇÃO e não na emergência.

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

• **QUANTO AO ITEM F.A.2 - ATENDIMENTO**

FA.2 – Área de Qualidade: Avalia medidas da proposta de trabalho para implantação de comissões. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.2.2 Qualidade Subjetiva: Avalia medidas de promoção da relação humana e apoio social na comunidade interna e externa do Hospital: Acolhimento e Atendimento	Atendimento	02 pontos	1	1458/1476	A organização possui uma sistemática estabelecida, com canais divulgados para recebimento das manifestações dos pacientes/acompanhantes, classifica por criticidade com foco na segurança do paciente. Analisa o que ocorreu e o que precisa ser feito para melhorar e responde ao paciente/acompanhante sobre as providências tomadas para a melhoria. As manifestações englobam, por exemplo, os pedidos de informações, sugestões, reclamações, elogios e denúncias, incluindo aquelas recebidas por meio de contatos informais.	Na proposta indica o direito legal dos acompanhantes para os casos referidos neste item, mas não menciona formas de acomodação dos mesmos. Mostra incoerência textual na proposição, onde indica não ter visita presencial na página 1463, mas contrapõe com informações dadas nas páginas 1433 e 11434 e 1449 onde indica horários de visitas, pontuado no item acolhimento.
	Proposta de implantação de orientações quanto às formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, Proposta de formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, com ênfase aos de usuários idosos, crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais conforme previsão da legislação vigente.					

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

O item 10.2.2. do Edital, prevê estritamente que deve ser apresentada a Proposta de implantação de orientações quanto às formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, Proposta de formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, com ênfase aos de usuários idosos, crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais conforme previsão da legislação vigente, para obtenção de 2 pontos.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

Na proposta indica o direito legal dos acompanhantes para os casos referidos neste item, mas não menciona formas de acomodação dos mesmos. Mostra incoerência textual na proposição, onde indica não ter visita presencial na página 1463, mas contrapõe com informações dadas nas páginas 1433 e 11434 e 1449 onde indica horários de visitas, pontuado no item acolhimento.

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

- QUANTO AO ITEM F.A.3 - EXPERIÊNCIA MÍNIMA**

FA.3 – Qualificação técnica: Avalia a capacidade gerencial da proponente ou do corpo diretivo quanto a administrar um hospital e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas afins:		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.3.2 Estrutura e experiência da Diretoria	Experiência mínima de 1 ano da Diretoria da Organização Social em Saúde (lotados na unidade) no gerenciamento de Unidade Hospitalar (cada Diretor poderá obter no máximo 0,5 ponto)	03 pontos	1,5	5558 a 5715	Estabelece normas sobre a responsabilidade, atribuições e direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos	Roberto Zota (documentação descreve somente MEDICO, por isso não pontuou) ; Karla Azeredo (diretora) = apresentou somente currículo, sem documentação comprobatória, por isso não pontuou; Luis Henrique Ribeiro (diretor Técnico) = 0,50 ; Adecildes Rocha (diretor) = 0,50; Amadis Lotrario (cargo de assessor e consultor, por isso não pontuou ; Melina Sales (diretora Geral)= 0,50

Relativo ao item supra da Matriz de Avaliação, consigna-se que os documentos pertinentes foram apresentados em conformidade com as exigências do edital.

O Dr. Roberto Zonta apresentou cópia da Carteira de Trabalho comprovando sua experiência na Diretoria Técnica do Hospital de Urgências de Trindade – HUTRIN.

A Sra. Karla Azeredo apresentou atestado de capacidade técnica como Diretora do Hospital de Urgências Dr. Valdomiro Cruz – HUGO.

- QUANTO AO ITEM F.A.3 - PROTOCOLOS DE ENFERMAGEM**

FA.3 – Qualificação técnica: Avalia a capacidade gerencial da proponente ou do corpo diretivo quanto a administrar um hospital e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas afins:		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.3.3 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	Protocolos de enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais) nas áreas de ambulatório e urgência	02 pontos	1,5	2347 a 2656	Apresenta o método de dimensionamento das equipes multidisciplinares, demonstra a padronização e dimensionamento de materiais e equipamentos conforme perfil da unidade.	Apresentou normas e rotinas do ambulatório e urgência e protocolos de enfermagem, porém apresentou protocolos de acolhimento e classificação de risco para urgências de hospital de porta aberta, sendo que a unidade de Saúde possui atendimento regulado pelos complexos reguladores Municipal/Estadual. Apresentou também protocolo de curativo de coto umbilical caracterizando a não personalização.

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

O item 10.2.3. do Edital, prevê estritamente que deve ser apresentada a Protocolos de enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais) nas áreas de ambulatório, para obtenção de 2 pontos.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

Apresentou normas e rotinas do ambulatório e urgência e protocolos de enfermagem, porém apresentou protocolos de acolhimento e classificação de risco para urgências de hospital de porta aberta, sendo que a unidade de Saúde possui atendimento regulado pelos complexos reguladores Municipal/Estadual. Apresentou também protocolo de curativo de coto umbilical caracterizando a não personalização.

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

- **QUANTO AO ITEM F.A.3.3 - PROTOCOLOS ASSISTENCIAIS**

FA.3 – Qualificação técnica: Avalia a capacidade gerencial da proponente ou do corpo diretivo quanto a administrar um hospital e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas afins:		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.3.3 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os serviços de maior complexidade na medicina como nas emergências e unidades de terapia intensiva de adulto	02 pontos	1,9	3936 a 4096; 4103 a 4110	Apresenta o método de dimensionamento das equipes multidisciplinares, demonstra a padronização e dimensionamento de materiais e equipamentos conforme perfil da unidade.	Apresenta protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais nas emergências e UTI (Politrauma, taquiarritmias, síndromes coronarianas e cerebrovasculares, choques e outros), porém traz também internação para pacientes em trabalho de parto (pags. 4094 a 4096), protocolo este não personalizado a Instituição (-0,10)

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

O item 10.2.3. do Edital, prevê estritamente que devem ser apresentados Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os serviços de maior complexidade na medicina como nas emergências e unidades de terapia intensiva de adulto, para obtenção de 2 pontos.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

Apresenta protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais nas emergências e UTI (Politrauma, taquiarritmias, síndromes coronarianas e cerebrovasculares, choques e outros), porém traz também internação para pacientes em trabalho de parto (pags. 4094 a 4096), protocolo este não personalizado a Instituição (-0,10).

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

• **QUANTO AO ITEM F.A.3.4 - PROTOCOLOS ASSISTENCIAIS**

FA.3.4 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.3.4 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	02 pontos	1,5	3759 a 3931	Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS).	Apresenta Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os ambulatorios e enfermarias, não menciona os protocolos e rotinas do hospital dia (-0,50). Nas pags. 1538, 1540,1545,1546,1547- Apresentação dos horários de plantões presenciais e plantões sobreaviso na urgência e emergência; horários de plantões ambulatorio, centro cirurgico, unidade de internação e UTI.

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

O item 10.2.3. do Edital, prevê estritamente que devem ser apresentados Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os ambulatorios, hospital dia e enfermarias, destaques para os plantões e sobreavisos, para obtenção de 2 pontos.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

Apresenta Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os ambulatórios e enfermarias, não menciona os protocolos e rotinas do hospital dia (-0,50). Nas pags. 1538, 1540, 1545, 1546, 1547- Apresentação dos horários de plantões presenciais e plantões sobreaviso na urgência e emergência; horários de plantões ambulatório, centro cirúrgico, unidade de internação e UTI.

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

- **QUANTO AO ITEM F.A.3.5 - APRESENTAÇÃO DA PADRONIZAÇÃO**

FA.3.5 Implementação e Funcionamento de outros Serviços		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.3.5 Implementação e Funcionamento de outros Serviços	Apresentação da padronização de medicamentos e materiais médicos hospitalares	02 pontos	1	1756 a 1800	Avaliar projeto se houver ou metodologia de padronização	Documentação apresentada não descreve padronização e lista de material médico (definição: "Dispositivo Médico é qualquer instrumento, aparelho, equipamento, implante, dispositivo médico para diagnóstico in vitro, software, material ou outro artigo, destinado pelo fabricante a ser usado, isolado ou conjuntamente, em seres humanos, para algum dos seguintes propósitos médicos específicos, e cuja principal ação pretendida não seja alcançada por meios farmacológicos, imunológicos ou metabólicos no corpo humano, mas que podem ser auxiliados na sua ação pretendida por tais meios"). Foram descritos,

						como materiais médicos, os seguintes itens: curativos. Apresentou critérios para padronização de medicamentos e documentação modelo de solicitação de correlato ou medicamento. Material duplicado as paginas 1926 a 1967 (não foi retirado ponto devido a duplicidade).
--	--	--	--	--	--	--

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

O item 10.2.3. do Edital, prevê estritamente que deve ser apresentada a padronização de medicamentos e materiais médicos hospitalares., para obtenção de 2 pontos.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

Documentação apresentada não descreve padronização e lista de material médico (definição: "Dispositivo Médico é qualquer instrumento, aparelho, equipamento, implante, dispositivo médico para diagnóstico in vitro, software, material ou outro artigo, destinado pelo fabricante a ser usado, isolado ou conjuntamente, em seres humanos, para algum dos seguintes propósitos médicos específicos, e cuja principal ação pretendida não seja alcançada por meios farmacológicos, imunológicos ou metabólicos no corpo humano, mas que podem ser auxiliados na sua ação pretendida por tais meios"). Foram descritos, como materiais

médicos, os seguintes itens: curativos. Apresentou critérios para padronização de medicamentos e documentação modelo de solicitação de correlato ou medicamento. Material duplicado as páginas 1926 a 1967 (não foi retirado ponto devido a duplicidade).

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

- **QUANTO AO ITEM F.A.3.6 - REGISTRO E CONTROLE DE PESSOAL**

FA.3.6 Política de Recursos Humanos		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.3.6 Política de Recursos Humanos	Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho e apresentação de critérios para casos de afastamentos (férias e licenças)	01 ponto	0,8	Pags 2242	Definição e elaboração de um Planejamento Estratégico para a organização	Apresentado às pags 2242 a 2250, como será realizado o Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho no qual descreve sucintamente, com base no requisito legal do Ministério do trabalho, porém não apresenta qual é a legislação. Referente às Escalas de trabalho descritas nas pags 2244 as regras para elaboração de escalas e para médicos, demais servidores, profissionais da Assistência, da agência transfusional, fonoaudiologia e NIR. Não foi evidenciado os critérios para casos de afastamentos (férias e licenças)

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

O item 10.2.3. do Edital, prevê estritamente que deve ser apresentado o registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho e apresentação de critérios para casos de afastamentos (férias e licenças), para obtenção de 1 ponto.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

Apresentado às págs. 2242 a 2250, como será realizado o Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho no qual descreve sucintamente, com base no requisito legal do Ministério do trabalho, porem não apresenta qual é a legislação. Referente às Escalas de trabalho descritas nas pags 2244 as regras para elaboração de escalas e para medicos, demais servidores, profissionais da Assistencia, da agencia tranfusional, fonoaudiologia e NIR. Nao foi evidenciado os critérios para casos de afastamentos (férias e licenças).

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

• **QUANTO AO ITEM F.A.3.7 - REGISTRO E CONTROLE DE PESSOAL**

FA.3.7 Metodologia de Projeto		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.3.7 Metodologia de Projeto	Proposta de trabalho com adequado planejamento, visão de futuro, cronogramas de execução, custos estimados e resultados factíveis.	02 pontos	1,5	2245, 2301 a 2307, 1753, 1402, 2245	Dispõe sobre as regras e critérios para apresentação, monitoramento, acompanhamento e avaliação de projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS).	Apresentado às pags 1649 o planejamento estratégico e a definição do cenário para a visão de futuro do HEAPA pela candidadta. Definição da identidade Institucional às pags 1752 e 1753 e na pags 1754 a definição das estratégias e objetivos e mapa estratégico. Citado às pags 1402 proposta de um projeto de Hospital Ensino, Proposta de certificação do HEAPA, Projeto de Implantação do Humaniza SUS. E especificamente cita às pags 2245 no item Proposta de trabalho com adequado planejamento, visão de futuro, cronogramas de execução, custos estimados e resultados factíveis, um projeto e a implantação, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, e apresenta seu escopo às pags 2296, cita as ações pags 2301 a 2307, porem não apresenta cronograma e estimativa de custos.)

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

O item 10.2.3. do Edital, prevê estritamente que deve ser apresentada a proposta de trabalho com adequado planejamento, visão de futuro, cronogramas de execução, custos estimados e resultados factíveis, para obtenção de 2 pontos.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

Apresentado às pags 1649 o planejamento estratégico e a definição do cenário para a visão de futuro do HEAPA pela candidadta. Definição da identidade Institucional às pags 1752 e 1753 e na pags 1754 a definição das estratégias e objetivos e mapa estratégico. Citado às pags 1402 proposta de um projeto de Hospital Ensino, Proposta de certificação do HEAPA, Projeto de Implantação do Humaniza SUS. E especificamente cita às pags 2245 no item Proposta de trabalho com adequado planejamento, visão de futuro, cronogramas de execução, custos estimados e resultados factíveis.,um projeto e a implantação, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saude, e apresenta seu escopo às pags 2296, cita as ações pags 2301 a 2307, porém não apresenta cronograma e estimativa de custos.

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

III. CONCLUSÃO

Diante de tudo o quanto foi exposto, o Recorrente vem diante de Vossa Senhoria, requerer:

- a) Que a Proposta de Trabalho seja analisada e pontuada conforme o que foi exigido no edital em atenção ao art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.
- b) Que a Proposta de Trabalho seja analisada e pontuada com critérios objetivos.
- c) A revisão da nota atribuída ao Recorrente, devendo majorar do resultado apresentado, tendo em vista a observância das exigências editalícias.

Certos da imparcialidade desta Comissão e confiantes na retificação da pontuação, subscrevemo-nos.

Termos em que
Pede deferimento,

Goiânia, 7 de dezembro de 2023

JEZIEL BARBOSA FERREIRA
Diretor Presidente